

A RELAÇÃO DOS DETERMINANTES SOCIAIS E A SAÚDE MENTAL NA UNIVERSIDADE

Silva; A. M; Lins; C. A. V; Custódio; A. Y; Mesquita; P. A; Basílio; L. I; Fernandes; N. M; Araújo; B. M. J; Ramos; M. M. M. R; Nobre; S. E. M; Batista; S. T;

¹ PET Conexões de Saberes Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas (UFAL), E-mail: @petsouufal@gmail.com

²- Andrea Pacheco Serviço Social, Campus A. C. Simões

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo abordar como os determinantes sociais e a excessiva sobrecarga influenciam no adoecimento mental dos estudantes que ingressam no ensino superior, colocando em foco suas rotinas e a necessidade contínua de responder às expectativas da vida acadêmica, ao mesmo tempo que enfrentam uma exaustiva jornada de trabalho na busca pela subsistência, desse modo correlacionando o adoecimento mental enquanto com a estrutura funcional ao sistema capitalista.

Palavras-chave: Estudantes, Evasão, Saúde Mental, Universidade.

TÍTULO EM INGLÊS (Times New Roman, 12, Negrito, Centralizado)

ABSTRACT: This paper aims to address how social determinants and excessive overload influence the mental illness of students entering higher education, focusing on their routines and the continuous need to meet the expectations of academic life, while facing an exhausting working day in the search for subsistence, thus correlating mental illness with the functional structure of the capitalist system.

Keywords: Students, Dropout, Mental Health, University.

1. INTRODUÇÃO

O estabelecimento de um diálogo populacional sobre a importância do cuidado com a saúde mental no Brasil, ainda hoje depara-se com o estigma de como as doenças psicossomáticas e transtornos mentais são vistos socialmente, resultado de um longo processo histórico de isolamento por meio das internações psiquiátricas que visavam a higienização desses indivíduos da sociedade, tendo como contrapartida a essa marginalização a luta antimanicomial atrelada os movimentos sociais com os trabalhadores da área da saúde na promoção do tratamento humanizado. No relatório final da 8ª Conferência Nacional de Saúde temos a definição do conceito abrangente de saúde:

Em seu sentido mais abrangente, à saúde é a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso a posse da terra e acesso a serviços de saúde. É, assim, antes de tudo, o resultante das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades dos níveis de vida (8ª Conferência Nacional de Saúde, 1986, p. 4).

Evidenciar o conceito amplo de saúde no espaço da universidade pública faz-se necessário para o reconhecimento dessa concepção não só como a ausência de doença, mas também necessariamente como o somatório das outras instâncias que constituem parte da vida na organização social de produção. Além disso, a cultura da meritocracia e produtividade tem sido utilizada como instrumento de validação social, causando impactos na sensação de pertencimento dos indivíduos, consequentemente mascarando a estrutura de exploração/desigualdade que alimenta e reproduz o sistema, desconsiderando assim as implicações causadas na qualidade de vida dos estudantes. Há também a busca do institucional pelo reconhecimento enquanto um ambiente de excelência acadêmica, para o alcance desses status deve-se promover o desenvolvimento social, ético e intelectual daqueles que a constituem, elevando assim a reputação da instituição, no entanto, tal excelência de forma prática tem sido acompanhada pela sobrecarga, desgaste físico e emocional do corpo discente.

Portanto, o presente trabalho encontra-se dividido em duas seções para além da introdução, metodologia e das considerações finais. No primeiro tópico é apresentado como a falta do calendário humanizado impacta diretamente a saúde mental dos estudantes, também do enfrentamento de novos desafios na conjuntura pós-pandemia. No segundo tópico, por sua vez, descreve as barreiras sociais na permanência dos discentes na universidade e a importância da construção de um ambiente social saudável que contribua verdadeiramente para o desenvolvimento pleno da comunidade acadêmica para além da vivência de sala de aula, mas também nas instâncias de ensino, pesquisa e extensão sem sacrificar sua saúde física e mental.

2. METODOLOGIA

A construção do presente trabalho aplicou-se a partir da identificação da problemática no diálogo com os discentes do curso de serviço social, através do compartilhamento de vivências dos desafios de permanência na universidade perante a sobrecarga de atribuições e os danos à saúde mental, com isso foi realizado reflexões e análises de pesquisas bibliográficas focalizadas no âmbito da saúde mental dos estudantes de universidade, com o intuito de compreender as implicações que os determinantes sociais desempenham sobre no âmbito acadêmico e a sua relação no processo de evasão. Considerando que, em diversas situações, a evasão acadêmica se apresenta como uma solução viável, não necessariamente por um desejo explícito do estudante de abandonar a universidade, mas sim como medida de sobrevivência diante das dificuldades enfrentadas, se faz fundamental a reflexão sobre os

fatores que contribuem para essa decisão, tendo como um desses elementos a sobrecarga emocional.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), publicou uma pesquisa afirmando que 80% dos estudantes apresentam ou já apresentaram algum tipo de alteração na saúde mental, como casos de ansiedade, depressão, fobia social entre outros. Alguns dos fatores mais comuns são a pressão psicológica atrelada às condições sociais desse indivíduo. Essa circunstância foi evidenciada principalmente na pandemia COVID-19, no qual faz-se necessário uma adaptação à nova forma de trabalhar e estudar.

Ademais, a universidade deveria ser um espaço que instigue o discente na construção de sua formação, mas na verdade a falta de um calendário humanizado impacta diretamente na vida do corpo discente. Na década de 50 não havia evidências de políticas voltadas à assistência estudantil nas universidades brasileiras, bem como a compreensão da importância do acolhimento voltada ao apoio desses estudantes em momentos de fragilidade “As ações estudantis eram mantidas de acordo com a disponibilidade orçamentária de cada Instituição Federal de Ensino Superior” (IFES) (Leite, 2015). No entanto, houve a necessidade de promover discussões acerca das políticas de promoção e apoio aos estudantes, impulsionadas entre os pró-reitores estudantis, culminou na criação do Fórum Nacional de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace) em 1987, que ficaria encarregado de discutir, elaborar e propor ao Ministério da Educação (MEC) a Política de Promoção e Apoio ao Estudante (Fórum nacional de pró-reitores de assuntos comunitários e estudantis, 2012).

A saúde mental no cenário educacional, principalmente na escola e na universidade, é primordial para o desenvolvimento e aprendizagem desse universitário, enquanto estudante e profissional. Dessa forma, os impactos que a pandemia teve na vida desses discentes, afetaram não só no âmbito social, mas o acadêmico. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) os índices de ansiedade e depressão aumentam em 25% apenas no primeiro ano de pandemia. Para os estudantes, os resquícios da pandemia manifestaram-se em impactos duradouros sobre sua saúde mental. Durante um período de instabilidade, no qual as perspectivas de futuro se tornaram incertas, um considerável contingente de estudantes optou por trancar ou desistir de seus cursos de ensino superior. A dificuldade no ensino remoto também exerceu influência negativa sobre a motivação e concentração para o estudo, impactando, consideravelmente, o desempenho acadêmico dos alunos.

No contexto pós pandêmico, os estudantes enfrentam novos desafios que implicam a necessidade de lidar com a pressão em recuperar o tempo perdido e o acúmulo de conteúdo. Essa situação torna-se ainda mais complexa para aqueles que não podem renunciar a seus empregos, sendo necessário trabalho e estudos simultaneamente, o que resulta em um esgotamento mental.

Ademais, a universidade, em muitas ocasiões, pode transforma-se em um ambiente de elevada competitividade para os alunos, que frequentemente se comparam aos seus colegas e, como resultado tendem a exercer sobre si mesmos uma pressão exacerbada em busca da excelência acadêmica. Tal dinâmica pode impactar negativamente a autoestima dos estudantes, configurando-se como mais um empecilho para o bem estado de saúde mental dos estudantes.

Desse modo, a facilitação de acesso aos serviços de saúde mental no âmbito universitário, incluindo a promoção de debates que abordem a temática, bem como a disseminação de informações acerca dos locais onde os estudantes possam acessar essa política de saúde fora da instituição. Esse contexto, lamentavelmente, não reflete a realidade presente nas instituições, considerando a carência de comprometimento e a insuficiente preocupação em fomentar um ambiente que assegure a qualidade de vida dos estudantes.

Historicamente pessoas que pertenciam às classes mais marginalizadas, tinham os seus direitos negados, sendo privados de ingressarem nas universidades, por diversos fatores, mas sendo o principal a desigualdade social e financeira. Através de muitas lutas essa população conseguiu conquistar os seus direitos, entretanto enfrentam agora os empecilhos de permanecer na universidade.

É crucial entender que o perfil dos estudantes mudou, em sua grande maioria são alunos que sofrem com a dupla jornada de trabalho e faculdade; o que acarreta na sobrecarga mental e física, além de causar prejuízos em sua formação. Muitos desses alunos são a única renda de suas residências, tendo que conciliar entre o sonho de entrar na universidade e a sua sobrevivência e de sua família,

Refletir sobre permanência na educação superior pública no Brasil nos remete ao contexto de desigualdades históricas, sociais e econômicas em que as políticas educacionais foram constituídas, evidenciando a exclusão de grupos historicamente privados dos direitos sociais e educacionais, inclusive do acesso ao ensino superior (Abreu; Ximenes, 2020, p. 19).

Além do mais, a falta de recursos para políticas de assistência estudantil que visam apoiar a permanência desses discentes nas universidades, torna-se um grande empecilho, o que resulta na evasão desses estudantes, que não tem como se manter no ensino superior.

4. CONCLUSÕES

Em suma, os aspectos abordados no referido trabalho fazem menção como a sobrecarga exaustiva causada pela ingressão no ensino superior e como os determinantes sociais, influenciam no adoecimento mental dos discentes. A falta de um calendário humanizado, bem como a limitação dos recursos para as políticas de assistência estudantil, agrava ainda mais tal adoecimento.

5. REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia Kelma de Alencar; XIMENES, Verônica Moraes. Permanência de estudantes pobres nas universidades públicas brasileiras: uma revisão sistemática. **Psicologia da Educação**, n. 50, p. 18-29, 2020.

Equipe Ulbra. A importância de falarmos sobre saúde mental na universidade. Blog da Ulbra. 10 de novembro de 2022. Disponível em: <https://blog.ulbra.br/saude-mental-na-universidade/> Acesso : em 27/09/2024

GOMES, Lucélia Maria Lima da Silva et al. Saúde mental na universidade: ações e intervenções voltadas para os estudantes. *Educação em Revista*, v. 39, e40310, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-469840310>>. Acesso em: 30 set. 2024. Epub 16 jun. 2023. ISSN 1982-6621.

Pandemia de Covid - 19 desencadeia aumento de 25% na prevalência de ansiedade e depressão em todo o mundo. Organização Pan-Americana de Saúde. 2 de março de 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/2-3-2022-pandemia-covid-19-desencadeia-aumento-25-na-prevalencia-ansiedade-e-depressao-em> Acesso em: 27/09/2024

PUC MINAS. Saúde mental na universidade. Conexão PUC Minas, [s.d.]. Disponível em: <<https://conexao.pucminas.br/blog/dicas/saude-mental-na-universidade/>>. Acesso em: 30 set. 2024.

Trindade, Rosa Lúcia Prêdes. Saúde mental e sociedade reflexões a partir do serviço social. Maceió: Edufal; imprensa oficial Graciliano Ramos, 2017.

Relatório final da 8ª Conferência Nacional de Saúde, p. 4, 1986.